

ANEXOS DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO ENGENHARIA CIVIL (PPCEC)

UFSB - CAMPUS PAULO FREIRE

Teixeira de Freitas - Bahia

Março de 2021

SUMÁRIO

ANEXO I – REGULAMENTAÇÃO DO PROJETO FINAL DE CURSO	2
ANEXO II – REGULAMENTAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO EM ENGENHARIA CIVIL	4
ANEXO III – VALIDAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES	5

ANEXO I – REGULAMENTAÇÃO DO PROJETO FINAL DE CURSO

RESOLUÇÃO Nº 01, DE MARÇO DE 2021

Regulamenta o Projeto Final de Curso de Engenharia Civil da Universidade Federal do Sul da Bahia-Campus Paulo Freire.

- Art. 1º – O **Projeto Final de Curso – PFC** é uma atividade didático-curricular obrigatória, integrante do currículo do Curso de Engenharia Civil, requisito essencial para a colação de grau de Engenheiro (a) Civil. O projeto final de curso é dividido em Projeto Final de curso I – Teórico e Projeto Final de curso II – Prático.
- § 1º O Projeto Final de Curso – **PFC** tem por objetivo possibilitar ao estudante do Curso de Engenharia Civil demonstrar, através da elaboração de um trabalho individual escrito, o aprofundamento em uma temática técnico-científica.
- § 2º O **PFC** pode ser de natureza teórica ou teórico-prática e deve evidenciar a capacidade criativa, de investigação e de argumentação do estudante, de maneira articulada e formalmente correta.
- § 3º O aluno não poderá apresentar, como **PFC**, trabalho idêntico a outro já apresentado para qualquer fim, ainda que perante outra instância que não a UFSB.
- Art. 2º – O componente **Projeto final de Curso** é uma atividade tutorial na qual um professor orienta e acompanha a preparação do aluno para a elaboração do trabalho final de curso e um coordenador que ministra o componente.
- Art. 3º – O(a) discente poderá se inscrever em **Projeto final de Curso I** a partir do momento em que este houver concluído 80% da carga horária de componentes curriculares. Nesta contagem estão excluídas as cargas horárias das seguintes atividades: Projeto final de curso I, Projeto final de curso II, Estágio, Atividades Complementares e Atividades de Extensão.
- Art. 4º – Ao final do período letivo do **Projeto final de Curso II** o aluno apresentará uma monografia perante uma banca examinadora, composta por três membros, sendo pelo menos dois professores do quadro docente da UFSB incluindo o orientador do estudante para o **PFC**.
- Art. 5º – O aluno inscrito na atividade **Projeto final de Curso II** que não apresentar a versão final do trabalho até o final do período letivo será considerado reprovado.
- Art. 6º – No **Projeto final de Curso II** o aluno obterá nota numa escala de zero (0,0) a dez (10,0), correspondente à média aritmética das notas dadas pelos examinadores.
- § 1º Para ser considerado aprovado o aluno deverá obter nota maior ou igual a cinco (6,0), com a aprovação de no mínimo dois examinadores.
- Art. 7º – A atividade **Projeto final de Curso** será oferecida pelo Colegiado do Curso de Engenharia Civil e caberá ao Coordenador fazer a mediação entre os estudantes e o professor designado para a coordenação dessa atividade.
- § 1º Para acompanhamento dessas atividades, o estudante poderá sugerir o nome de um professor-orientador, previamente consultado e acordado com o Coordenador do componente, na área da temática escolhida.
- § 2º A função de professor-orientador do **Projeto final de Curso** poderá ser exercida por docente da UFSB ou de outra instituição.

§ 3º Nos casos de indicação de professores orientadores que não fazem parte do Corpo Docente responsável pelos Componentes Curriculares que compõem a Formação Profissional do Curso de Engenharia Civil da UFESB, as indicações deverão ter a anuência do Coordenador do componente. Nestes casos o orientador deverá declarar por escrito o caráter voluntário da participação.

Art. 8º – Competências:

§ 1º Compete ao Colegiado do Curso de Engenharia Civil:

- Colocar o componente de Projeto final de Curso no planejamento de ofertas de componentes curriculares.
- Definir sobre o professor coordenador do componente.

§ 2º Compete ao Professor-Orientador:

- Atender semanalmente, seus orientandos, em horário previamente fixado para proceder orientação teórica, metodológica e bibliográfica do estudo monográfico;
- Requerer avaliação do **Projeto final de Curso**, indicando os membros da banca examinadora e possível data para a apresentação;
- Coordenar a atividade da banca examinadora do **Projeto final de Curso** dos seus orientandos.

§ 3º Compete ao aluno:

- Cumprir o cronograma de reuniões fixado com o professor-orientador;
- Entregar três vias impressas da monografia ao Coordenador do componente;
- Fazer apresentação oral (defesa) do **Projeto final de Curso** perante a banca examinadora em sessão pública;
- Entregar uma cópia impressa e uma versão em meio digital do **Projeto final de Curso** aprovado, para fins de arquivamento em biblioteca, até o último dia do período letivo no qual está inscrito na atividade.
- No caso da necessidade de correções ou recomendações feitas pela banca examinadora, entregar no prazo de 15 dias para entregar a versão corrigida, compreendendo tanto a cópia impressa quanto a versão digital, devidamente aprovada pelo Orientador. Somente após as correções será registrada a nota recebida.

§ 3º Compete ao Coordenador do componente:

- Conduzir o componente orientando o discente nas necessidades particulares de cada um.
- Fazer a intermediação entre o estudante e o orientador.

Parágrafo único – A versão em meio digital do **Projeto final de Curso** poderá ser substituída, a critério do orientador, pela versão corrigida do trabalho impresso.

Art. 9º – A avaliação do **Projeto final de Curso** constará de apresentação pública e leitura do parecer pela Banca Examinadora.

§ 1º O aluno que tiver seu **Projeto final de Curso** reprovado deverá inscrever-se na atividade no semestre seguinte, submetendo-se a nova avaliação, atendendo ao disposto anteriormente, não cabendo recurso ao parecer da Banca Examinadora.

§ 2º O aluno que for reprovado na atividade **PFC** se enquadrará no Regulamento de Ensino de Graduação da UFESB, no que diz respeito a reprovação em componentes.

Art. 10º – Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Engenharia Civil da UFESB

ANEXO II – REGULAMENTAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO EM ENGENHARIA CIVIL

RESOLUÇÃO Nº 02, DE MARÇO DE 2021

Regulamenta o Estágio supervisionado em Engenharia Civil da Universidade Federal do Sul da Bahia-Campus Paulo Freire.

CONSIDERANDO a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 (Lei de Estágio);
CONSIDERANDO a Resolução nº 14, de 17 de dezembro de 2018, da Universidade Federal do Sul da Bahia, que institui as normas de Estágio obrigatório e não obrigatório na UFSB.

Art. 1º – Estágios são um conjunto de experiências e vivências de atividades de aprendizagem profissional e social, proporcionadas ao estudante.

§ 1º O componente curricular **Estágio em Engenharia Civil** é uma atividade obrigatória, com carga horária mínima de 165h, integrante do currículo do Curso de Engenharia Civil, a ser desenvolvido nas áreas de atuação da Engenharia Civil que traga significativa contribuição à formação profissional do estudante.

§ 2º O componente **Estágio em Engenharia Civil** tem por objetivo possibilitar ao estudante do Curso de Engenharia Civil, desenvolver atividades programadas em centros capacitados, para proporcionar treinamento em setores profissionais específicos.

§ 3º As atividades do **Estágio em Engenharia Civil** serão realizadas em organizações de direito público ou privado atuantes em áreas da Engenharia Civil, sob coordenação da UFSB.

Art. 2º – Ao solicitar a inscrição no componente estágio, o aluno deverá apresentar o “**Plano de Estágio**” contendo as atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário para comprovação da área de atuação, formalizado pelo órgão ou instituição contratante, especificando o CNPJ da empresa e registro do profissional de nível superior, responsável pelo acompanhamento do estagiário.

Art. 3º – A inscrição no Estágio supervisionado em Engenharia Civil, preferencialmente, será no quadrimestre de conclusão do curso.

§ 1º O discente poderá se inscrever em **Estágio supervisionado em Engenharia Civil** a partir do momento em que este houver concluído 80% da carga horária de componentes curriculares. Nesta contagem estão excluídas as cargas horárias das seguintes atividades: Estágio, Projeto final de curso I, Projeto final de curso II, Atividades Complementares e Atividades de Extensão.

§ 2º O interesse de inscrição do aluno em **Estágio em Engenharia Civil** deverá ser comunicado ao colegiado do curso no período de planejamento acadêmico para o quadrimestre em que o componente deverá ser ofertado.

§ 3º Por questões excepcionais, o colegiado do curso poderá conceder a realização do Estágio supervisionado em Engenharia Civil sem que haja a conclusão de 80% da carga horária supracitada, desde que muito bem justificada pelo estudante e aprovada pelo Colegiado do curso de Engenharia Civil.

Art. 4º – Os professores responsáveis pelo Estágio supervisionado em Engenharia Civil terão a atribuição de reunir-se periodicamente com os alunos envolvidos em estágio para prestar supervisão e orientação.

Art. 5º – A metodologia de avaliação do desempenho do aluno no estágio deverá constar do **plano de ensino** elaborado pelo Coordenador do Componente e aprovado pelo Colegiado do Curso de Engenharia Civil da UFESB.

§ Parágrafo Único - Deverá constar na avaliação a elaboração de, no mínimo, dois relatórios das atividades desenvolvidas, nos quais deverão conter a avaliação do engenheiro responsável pelo acompanhamento do estagiário na organização.

Art. 6º – Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Engenharia Civil da UFESB.

ANEXO III – VALIDAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

RESOLUÇÃO Nº 3, DE MARÇO DE 2021

Regulamenta as Atividades Teóricas Práticas de Aprofundamento no curso de Engenharia Civil da Universidade Federal do Sul da Bahia- Campus Paulo Freire.

CONSIDERANDO que a Resolução nº 2, de 18 de julho de 2007 do Ministério da Educação dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Em seu Parágrafo único do Artigo 1º destaca que os estágios e atividades complementares dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, não deverão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações legais em contrário.

CONSIDERANDO que a Resolução Nº16/2015 emitida pelo Conselho Universitário da Universidade Federal do Sul da Bahia, Atividades Teóricas Práticas de Aprofundamento (Atividades Complementares) compreendem participação do/a estudante em atividades artísticas, culturais, esportivas, científicas e de representação estudantil seja na Universidade, na comunidade, em instituições, organizações ou outros espaços, visando à aquisição e/ou produção de conhecimentos e habilidades importantes para o exercício profissional, o voluntariado e a cidadania, e que contribuam para a complementação da sua formação pessoal, social, cultural e acadêmica.

Resolve:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Ar. 1º As Atividades Teóricas Práticas de Aprofundamento do curso de Engenharia Civil têm por objetivo enriquecer o processo de ensino e aprendizagem do discente por meio da participação do estudante em atividades de complementação da formação social, humana e cultural; atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo e atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional.

Ar. 2º O desenvolvimento das Atividades Teóricas Práticas de Aprofundamento não justifica a ausência em atividades curriculares do curso e deverão ser desenvolvidas preferencialmente, aos sábados ou em turnos diferentes daqueles em que haja atividades curriculares regulares do curso.

CAPÍTULO II DA ABRANGÊNCIA

Ar. 3º As Atividades Teóricas Práticas de Aprofundamento deverão contemplar as linhas de estudos diversificadas, visando à interdisciplinaridade do conhecimento, devendo compreender as seguintes dimensões:

- Humana: atividades que contribuam para o desenvolvimento social, cultural e pessoal do/a estudante, ampliando sua consciência reflexiva e cidadã;
- Social: atividades que favoreçam o empreendedorismo socialmente referenciado, atividades comunitárias, trabalho voluntário na comunidade, em associações de bairros e na Universidade;
- Profissional: atividades que enriqueçam a formação técnico-profissional requeridas pelo curso, área de formação ou área complementar;
- Acadêmica: atividades científicas, filosóficas, artísticas, culturais ou esportivas que consolidam a formação integral universitária em complemento à formação específica do curso.
- Política estudantil: atividades que envolvam o estudante em temáticas de interesse coletivo relacionadas a representação formal em entidades estudantis e em conselhos, comissões ou congêneres da Universidade.

CAPÍTULO III DA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES TEÓRICAS PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO

Ar. 4º As Atividades Teóricas Práticas de Aprofundamento poderão ser realizadas na própria UFESB ou em organizações públicas e privadas.

§ 1º As Atividades Teóricas Práticas de Aprofundamento do curso são divididas em:

- Atividades de complementação da formação social, humana e cultural, entre as quais contam: atividades esportivas; cursos de línguas; atividades musicais, teatrais, plásticas.
- Atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo, entre as quais contam: participação efetiva em Diretórios e Centros Acadêmicos, Entidades de Classe, Conselhos e Colegiados internos à Instituição; trabalho voluntário, atividades comunitárias, associações de bairros, brigadas de incêndio e associações escolares; atividades beneficentes; atuação como instrutor em palestras técnicas, seminários, cursos da área específica, desde que não remunerados e de interesse da sociedade; engajamento como docente não remunerado em cursos preparatórios e de reforço escolar; projetos de extensão, não remunerados, e de interesse social.
- Atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional, entre as quais contam a participação em: cursos extraordinários da sua área de formação, de fundamento científico ou de gestão; palestras, congressos e seminários técnico-científicos; apresentação ou exposição de trabalhos em palestras, congressos e seminários técnico científicos; projetos de iniciação científica e tecnológica, relacionados com o objetivo do Curso; organização de exposições e seminários de caráter acadêmico; publicações em revistas técnicas; anais de eventos técnico-científicos ou em periódicos científicos de abrangência local, regional, nacional ou internacional; estágio não obrigatório na área do curso; trabalho com vínculo empregatício, ou como empreendedor, desde que na área do curso; visitas técnicas organizadas pela Universidade; projetos multidisciplinares ou interdisciplinares de característica opcional por parte do discente, não previstos no currículo do curso.

§ 2º É obrigatória a diversificação das atividades, visando a ampliação do universo cultural do estudante, enriquecendo ainda mais a sua formação. Para tanto, é necessária a apresentação de certificações e/ou declarações formais com registro de carga horária.

CAPÍTULO IV

DA VALIDAÇÃO DAS ATIVIDADES TEÓRICAS PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO

Ar. 5º A validação das Atividades Teóricas Práticas de Aprofundamento, realizadas dentro ou fora do ambiente acadêmico e de acordo com o PPC (Projeto Pedagógico do Curso) será realizada pelo Colegiado de Curso no qual a/o estudante está matriculado, por comissão designada para tal finalidade. Portanto, o estudante deverá fazer a solicitação da avaliação de suas atividades, quando concluir sua integralização. Para tanto, o estudante deverá inserir a documentação comprobatória das Atividades Complementares no sistema de gestão acadêmica.

§ 1º O encaminhamento/inserção da documentação comprobatória das Atividades cursadas à Coordenação do Colegiado do Curso para avaliação é de responsabilidade do estudante.

§ 2º O encaminhamento da documentação comprobatória das Atividades será realizado em uma única via.

§ 3º A integralização da carga horária destinada às Atividades Teóricas Práticas de Aprofundamento, definida na matriz curricular do PPC, bem como o acompanhamento das orientações do Colegiado de Curso é de responsabilidade do estudante.

§ 4º A validação de Atividades Teóricas Práticas de Aprofundamento apresentadas pelo/a estudante junto ao Colegiado ficará condicionada aos seguintes critérios:

- I. Apresentação de atestado, certificado ou relatório descritivo de participação efetiva em atividade formal ou informal, validada por seu/sua orientador/a;
- II. Atividades que se enquadrem em mais de um item serão validadas naquele que apresentar maior carga horária, a depender do montante necessário à integralização;
- III. O/A estudante deverá participar de atividades variadas, de acordo com o PPC, não podendo, sob nenhuma hipótese, preencher toda a carga horária/creditação com um único tipo de atividade.

§ 5º As Atividades Teóricas práticas estarão concluídas quando o estudante completar a carga horária mínima de 120 h (cento e vinte horas).

CAPÍTULO V DA CONTABILIZAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

Ar. 5º Cada atividade desenvolvida possui carga horária contabilizada, específica e o limite máximo, devendo o estudante observar os referidos limites quando da contagem do número de horas concluídas.

§ 1º As atividades sugeridas bem como as referidas cargas horárias específicas e máximas que se trata no Art. 5º estão elencadas no APÊNDICE “A” desta Resolução.

§ 2º Atividades que forem desenvolvidas pelo estudante e que não se enquadrarem, conforme descrito no ANEXO “A” desta resolução, serão julgadas pelo colegiado deste curso.

APÊNDICE “A” DA RESOLUÇÃO Nº 03, DE FEVEREIRO DE 2021

SUGESTÃO DE ATIVIDADES TEÓRICAS PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO COM AS RESPECTIVAS CARGAS HORÁRIAS ESPECÍFICAS DA ATIVIDADE E LIMITE MÁXIMO CONTABILIZÁVEL

TIPO DE ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELO DISCENTE	CARGA HORÁRIA DA ATIVIDADE	LIMITE MÁXIMO
Participação em cursos, mini-cursos, oficinas, cursos de extensão, palestras, congressos, semanas pedagógicas e/ou culturais.	Carga horária do certificado.	60 h
Monitoria em componentes curriculares da UFSB.	24 h por quadrimestre.	80 h

Participação em mesas de debates em eventos acadêmicos ou não.	6 h por debate.	
Participação em projetos de iniciação científica e de extensão sob orientação de um professor efetivo.	60 h por quadrimestre	
Publicação de artigos científicos em periódicos.	Revista Qualis A – 120 h.	80 h
	Revista Qualis I B – 80 h.	
	Revista Qualis I C – 60 h.	
	Revista sem Qualis – 30 h.	
Publicação de trabalhos em congresso nacional e internacional.	30 h por trabalho.	
Publicação de trabalhos em congresso local e regional e em jornais.	20 h por trabalho.	
Publicação de livro.	120 h por livro.	
Publicação de capítulo de livro.	40 h por livro.	
Apresentação de palestras.	Carga horária da palestra.	
Participação em comissões e organização de eventos.	10 h por evento/comissão.	20 h
Representação estudantil com participação efetiva em Diretórios e Centros Acadêmicos, Entidades de Classe, Conselhos e Colegiados internos à Instituição.	15 h por quadrimestre.	30 h
Participação em grupos de Pesquisa.	15 h por quadrimestre	30 h
Participação em visitas técnicas organizadas pela UFSB ou em eventos de outra instituição.	De acordo com o número de horas definida no certificado.	20 h
Cursar componente complementar ao currículo acadêmico do curso, além da carga horária definida para Componentes livres.	Carga horária do componente.	60 h
Curso de língua Portuguesa ou Estrangeira, complementar ao currículo acadêmico.	Carga horária do curso.	30 h
Engajamento como docente não remunerado em cursos preparatórios e de reforço escolar sob orientação de um docente da UFSB.	Carga horária definida no certificado.	90 h
Estágios não obrigatórios.	Carga horária do estágio.	

Trabalho com vínculo empregatício, ou como empreendedor, desde que na área do curso.	6 h por quadrimestre.	
Participação como voluntário em projetos educacionais e/ou comunitários, associações de bairros, brigadas de incêndio e associações escolares; atividades beneficentes.	3 h por atividade.	
Exposição de obras de arte, representação da Universidade em torneios, jogos esportivos, peças de teatro.	10 h por exposição.	20 h
Outras atividades de formação social, humana e cultural, de cunho comunitário e de interesse coletivo, iniciação científica, tecnológica e de formação profissional.	Conforme decisão do Colegiado do Curso.	60 h